

DE ALEXANDRIA A WITTENBERG: O ABANDONO DA SEPTUAGINTA E A CONSTRUÇÃO DO CÂNON PROTESTANTE SOB A LÓGICA RABÍNICA

José Antonio Nunes Aguiar

Mestrando em Direito e Afirmação de Vulneráveis, Universidade Ceuma e graduado em Direito pela UFMA.

<https://www.lattes.cnpq.br/1365793003921191>

<https://orcid.org/0009-0007-2605-6343>

E-mail: joseantonionunesaguiar145@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-16>

RESUMO: Este artigo investiga a transição histórica e teológica do cânon bíblico durante a Reforma Protestante, analisando o abandono da *Septuaginta* (LXX) em favor do cânon hebraico massorético. O estudo propõe que a busca pela *Veritas Hebraica* no século XVI resultou em uma ruptura com a práxis da Igreja Primitiva e da Tradição Apostólica. Através de uma análise documental, demonstra-se que o critério de canonicidade adotado pelos reformadores baseou-se na lógica rabínica pós-cristã (processo de Jâmnia), que havia excluído os livros deuterocanônicos como reação ao crescimento do Cristianismo. Conclui-se que a integridade da Bíblia de 73 livros, presente na Vulgata e na Bíblia de Gutenberg, representa a continuidade fiel do depósito da fé preservado pela Igreja Católica.

PALAVRAS-CHAVE: Septuaginta. Cânon Bíblico. Reforma Protestante. Jâmnia, Deuterocanônicos.

FROM ALEXANDRIA TO WITTENBERG: THE ABANDONMENT OF THE SEPTUAGINT AND THE CONSTRUCTION OF THE PROTESTANT CANON UNDER RABBINIC LOGIC

ABSTRACT: This paper investigates the historical and theological transition of the biblical canon during the Protestant Reformation, analyzing the abandonment of the Septuagint (LXX) in favor of the Masoretic Hebrew canon. The study proposes that the 16th-century pursuit of *Veritas Hebraica* resulted in a rupture with the praxis of the Early Church and the Apostolic Tradition. Through documentary analysis, it is demonstrated that the criteria for canonicity adopted by the reformers were based on post-Christian Rabbinic logic (the Jamnia process), which had excluded the deuterocanonical books as a reaction to the growth of Christianity. The article concludes that the integrity of the 73-book Bible, present in the Vulgate and the Gutenberg Bible, represents the faithful continuity of the deposit of faith preserved by the Catholic Church.

KEYWORDS: Septuagint. Biblical Canon. Protestant Reformation. Jamnia. Deuterocanonical books.

INTRODUÇÃO

A definição do cânon bíblico não é apenas uma questão de biblioteconomia sagrada, mas o alicerce da autoridade teológica cristã. O presente artigo aborda a ruptura

histórica ocorrida no século XVI, quando o movimento reformador, sob a bandeira da *Veritas Hebraica*, abandonou a *Septuaginta* (LXX) — a tradução grega utilizada pela Igreja Primitiva — em favor do cânon hebraico estabelecido pelo judaísmo rabínico pós-cristão.

JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo reside na necessidade de confrontar a narrativa de que a Igreja Católica teria “acrescentado” livros à Bíblia no Concílio de Trento. Como demonstra a evidência material da Bíblia de Gutenberg (1455), o cânon de 73 livros era o padrão universal da cristandade. A análise justifica-se, portanto, pelo resgate da verdade histórica documental frente às inovações editoriais da Reforma.

PROBLEMÁTICA

O problema central desta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: Quais foram as implicações teológicas e históricas de se adotar um cânon definido por uma comunidade (o judaísmo de Jâmnia) que não reconhecia a messianidade de Jesus, em detrimento do cânon utilizado pelos próprios Apóstolos? Essa escolha criou o que a crítica bíblica chama de “silêncio intertestamentário”, eliminando o elo teológico entre as profecias antigas e o Novo Testamento.

HIPÓTESE

Trabalha-se com a hipótese de que a Reforma Protestante, ao buscar uma suposta “pureza original” nos textos massoréticos, acabou por adotar critérios de exclusão desenvolvidos como reação apologética ao crescimento do cristianismo nascente. Segundo Aquino (2015), a Igreja não “fez” a Bíblia por decreto, mas “reconheceu” os livros que já eram lidos nas liturgias desde os tempos apostólicos.

OBJETIVOS

- **Geral:** Analisar a transição do cânon da Septuaginta para o cânon hebraico na tradição protestante.

- **Específicos:** Demonstrar o uso predominante da Septuaginta pelos autores do Novo Testamento; Identificar os critérios rabínicos de Jâmnia e sua natureza anti-cristã; Evidenciar a continuidade histórica do cânon católico através da Bíblia de Gutenberg.

METODOLOGIA

A pesquisa adota o método histórico-crítico e a pesquisa bibliográfica. Utilizar-se-ão fontes primárias (Concílios de Hipona e Trento, textos da Vulgata) e fontes secundárias (estudos contemporâneos de patrística e história da Igreja). A análise documental focará na comparação entre as citações do Antigo Testamento no Novo Testamento, verificando sua procedência da versão grega alexandrina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, estabelecemos os conceitos fundamentais que sustentam a canonicidade. A teologia católica define o cânon não como uma escolha humana, mas como um reconhecimento eclesial.

- O Conceito de *Theopneustos*: A inspiração divina é o critério primário. O debate fundamental reside em identificar quem detém a autoridade para declarar um escrito como divinamente inspirado. Segundo a dogmática católica, a Escritura não possui uma capacidade de autoautenticação isolada; ela depende intrinsecamente do testemunho da Igreja que a produziu e a preservou, sendo o Cânon o reconhecimento oficial dessa autoridade eclesial sobre o texto escrito.

- O Binômio Escrito-Oral: Fundamenta-se na premissa de que a Palavra de Deus precede o texto. Os Apóstolos pregaram antes de escrever. Portanto, a “Bíblia da Igreja” no primeiro século era a Septuaginta (LXX), integrada à Tradição Oral.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se na análise de documentos conciliares, evidências arqueológicas da imprensa e o testemunho dos Padres da Igreja, confrontando a ruptura proposta pela Reforma no século XVI.

O TESTEMUNHO DOS CONCÍLIOS NORTE-AFRICANOS (Século IV)

O principal referencial para a fixação do cânon no Ocidente reside nos Concílios de Hipona (393 d.C.) e Cartago (397 d.C.). Nestas assembleias, a Igreja não criou uma lista nova, mas formalizou o que já era lido nas liturgias desde a era apostólica. A principal diretriz dessa formalização foi estabelecida no Cânon 36 de Hipona, que determinou rigorosamente: 'que nada além das Escrituras canônicas seja lido na igreja sob o nome de Escrituras divinas'. Com essa norma, os bispos não apenas listaram os livros sagrados, mas ergueram uma barreira contra textos apócrifos, assegurando que apenas a Palavra inspirada alimentasse a fé dos fiéis durante o culto.” *As Escrituras Canônicas são: Gênesis, Êxodo... [segue a lista incluindo os 73 livros] ... Tobias, Judite, dois livros de Macabeus...*” (Cânon 36 do Concílio de Hipona).

A EVIDÊNCIA MATERIAL: A BÍBLIA DE GUTENBERG (1455)

Como marco da história da tecnologia e da religião, a Bíblia de Gutenberg serve como prova documental de que a Bíblia “padrão” antes da Reforma era a Vulgata de 73 livros. Cientificamente, a existência de exemplares originais (como o da Biblioteca do Congresso dos EUA) prova que os livros que os reformadores chamariam de “acréscimos” já estavam impressos e encadernados como Palavra de Deus décadas antes de Lutero.

A PATRÍSTICA E O USO DA SEPTUAGINTA (LXX)

O diálogo com os Padres da Igreja (como Santo Agostinho e Santo Irineu de Lyon) revela que a Septuaginta era a “Bíblia Cristã” por excelência. Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus*, defende a autoridade da versão grega como tendo uma inspiração providencial para a conversão dos gentios.

Citamos o historiador J.N.D. Kelly, que em sua obra *Doutrinas Cristãs Fundamentais*, afirma que o Antigo Testamento da Igreja Primitiva era substancialmente maior que o cânon hebraico, incluindo os deuterocanônicos sem distinção de grau de autoridade (Kelly, 1994, 45).

O PROCESSO DE JÂMÑIA (YAVNE) SOB A ÓTICA DA REAÇÃO

Para entender a “lógica rabínica” que a Reforma adotou, o referencial teórico utiliza estudos de historiadores contemporâneos que desconstruem o mito de um “Concílio de Jâmnia” como algo neutro. Segundo o pesquisador F.F. Bruce, os critérios judaicos para fechar o cânon no final do século I (como o idioma hebraico e o limite temporal de Esdras) foram estabelecidos justamente para excluir a literatura que os cristãos usavam para provar que Jesus era o Messias (Bruce, p.115).

Dessa forma, a estabilidade do cânon bíblico por mais de um milênio não foi fruto de um vácuo de autoridade, mas de um reconhecimento eclesial contínuo. Conforme assevera Alessandro Lima (2007), a tentativa de reforma do cânon no século XVI ignorou que a Igreja não criou o cânon, ela apenas reconheceu:

A Igreja não criou o Cânon; ela o reconheceu. O Cânon das Escrituras é o fruto do discernimento da Igreja sob a assistência do Espírito Santo. Quando os reformadores decidiram abandonar o Cânon de Alexandria para adotar o Cânon de Jâmnia, eles não estavam apenas mudando de tradução, mas estavam abandonando o Cânon que os próprios Apóstolos haviam entregue à Igreja Cristã, trocando a Tradição Apostólica pela tradição dos rabinos que rejeitaram o Messias.” (Lima, 2007, p. 84).

MARCO TEÓRICO

O marco teórico deste artigo é a Dialética da Autoridade Canônica, que confronta dois modelos de legitimação:

1. O Modelo Apostólico-Alexandrino: Sustenta que o cânon é definido pelo uso litúrgico e pela recepção dos Apóstolos. O critério é a continuidade. Se o Novo Testamento cita a Septuaginta, ele a canoniza “por tabela”.

2. O Modelo Rabínico-Reformado: Sustenta que a autoridade reside na “pureza da língua original” (hebraico), adotando o critério de exclusão do judaísmo pós-cristão. O critério aqui é a ruptura.

A análise será processada sob a lente da Apostolicidade. Provamos que, se aceitarmos o Novo Testamento como autoridade, devemos aceitar o Antigo Testamento que os autores do Novo utilizaram. Ao rejeitar a Septuaginta, o protestantismo cria uma

contradição lógica: aceita o “filho” (Novo Testamento) mas rejeita o “berço” (Antigo Testamento Grego) que o gerou.

SEPTUAGINTA (LXX): A BÍBLIA DA IGREJA PRIMITIVA

A análise da identidade científica do cristianismo primitivo revela que a Igreja não nasceu de um vácuo literário, mas de uma cultura helenística onde a Septuaginta era a autoridade máxima.

A ORIGEM EM ALEXANDRIA E A UNIVERSALIDADE DO GREGO

Diferente da narrativa de isolamento nacionalista do cânon de Jâmnia, a Septuaginta nasceu da necessidade de traduzir a fé para o mundo. Segundo o historiador H. B. Swete em sua obra *An Introduction to the Old Testament in Greek*: “A Septuaginta foi o primeiro passo para a evangelização do mundo. Sem ela, o cristianismo teria permanecido uma seita judaica confinada à Palestina” (Swete, 1914, p. 432).

A PROVA DA APOSTOLICIDADE: O USO DA LXX NO NOVO TESTAMENTO

Neste ponto, introduz-se a “máquina teórica” do presente trabalho. Se os autores do Novo Testamento fossem “protestantes” *avant la lettre*, eles citariam o texto hebraico. Contudo, a evidência interna prova o contrário: a massiva utilização da Septuaginta sela a autoridade do cânon de Alexandria.

Cientificamente, observa-se que em passagens fundamentais, como a profecia do nascimento virginal em Isaías 7,14, o Novo Testamento (Mateus 1,23) utiliza a palavra grega *parthenos* (virgem) da Septuaginta, enquanto o texto hebraico massorético utiliza *almah* (mulher jovem). Se os apóstolos tivessem seguido o cânon que a Reforma adotaria 1.500 anos depois, o argumento da virgindade de Maria perderia sua base profética textual imediata.

Como afirma J.N.D. Kelly (1994, p. 45), a Igreja Primitiva nunca traçou uma linha divisória entre os livros que hoje chamamos de deutero-canônicos e o restante do Antigo

Testamento; para os primeiros cristãos, se o livro constava na Septuaginta e apontava para Cristo, ele era recebido como Escritura Inspirada, sem distinção de grau de autoridade.”

A formação do cânon bíblico no cristianismo primitivo não pode ser compreendida como um ato isolado, mas como resultado de um processo histórico progressivo que articula tradução, recepção e reconhecimento institucional. Nesse contexto, a Septuaginta desempenha papel central, ao viabilizar a difusão das Escrituras no mundo helenístico e servir de base textual para a pregação apostólica. A figura a seguir sintetiza os principais marcos dessa continuidade histórica.

Figura 1 – Linha do tempo da consolidação do cânon da Septuaginta (73 livros) no Cristianismo primitivo.



Fonte: Elaboração própria com auxílio de ferramenta de inteligência artificial (2026).

A linha do tempo evidencia que o cânon cristão se desenvolveu a partir de uma tradição textual já consolidada, cuja recepção pelas primeiras comunidades não apenas garantiu sua continuidade, mas também fundamentou seu posterior reconhecimento institucional. Desse modo, a consolidação do cânon deve ser entendida como resultado de uma dinâmica histórica contínua, na qual tradução, uso comunitário e validação conciliar se inter-relacionam.

O TESTEMUNHO PATRÍSTICO E OS CONCÍLIOS

A definição do cânon bíblico com 73 livros não foi um evento accidental, mas o reconhecimento de uma prática que já pulsava no coração da Igreja. O testemunho dos Padres da Igreja confirma que livros como Tobias e Macabeus já eram lidos, citados e venerados nas assembleias litúrgicas muito antes de qualquer oficialização jurídica. O uso de Macabeus, por exemplo, era fundamental para a compreensão bíblica do sacrifício e da oração pelos falecidos, prática comum desde o cristianismo primitivo.

Essa aceitação orgânica foi, posteriormente, ratificada por concílios regionais — como os de Hipona (393) e Cartago (397) — e confirmada pelo Papa Inocêncio I. Portanto, a autoridade desses livros não nasceu de um decreto isolado, mas da oração e da vida da Igreja primitiva.

Essa continuidade histórica é o que diferencia a estrutura das Escrituras:

- O Modelo Católico: Preserva a lista completa dos 73 livros, respeitando a tradição recebida dos apóstolos e o uso constante na Liturgia.
- O Modelo Protestante: Optou, a partir da Reforma no século XVI, por seguir o cânon judaico de Jâmnia (definido após o advento do cristianismo), removendo os sete livros conhecidos como deuterocanônicos.

O PROCESSO DE JÂMNIÁ (YAVNE) E A REAÇÃO AO CRISTIANISMO

A desconstrução da tese da *Veritas Hebraica* exige uma análise da conjuntura sociopolítica e religiosa da Judeia no final do século I d.C. Após a destruição do Segundo Templo em 70 d.C., o judaísmo enfrentou uma crise de sobrevivência que moldou a exclusão dos livros que hoje compõem o cânon católico.

O COLAPSO DE 70 D.C. E A REORGANIZAÇÃO DA IDENTIDADE JUDAICA

Com a queda de Jerusalém, o centro da autoridade judaica deslocou-se para Jâmnia (Yavne). O grupo que assumiu a liderança foi o dos fariseus, que via no crescimento da seita dos “Nazarenos” (cristãos) uma ameaça à unidade nacional. Segundo o renomado historiador F.F. Bruce em sua obra *The Canon of Scripture*: “Os rabinos de

Jâmnia não eram apenas bibliotecários; eles eram guardiões de uma identidade. A exclusão de escritos helenísticos e cristãos era uma necessidade de demarcação de fronteiras religiosas” (Bruce, 1988, p. 112).

OS CRITÉRIOS RABÍNICOS DE EXCLUSÃO: IDIOMA, TERRITORIALIDADE E CRONOLOGIA

Para invalidar os escritos que os cristãos utilizavam com eficácia apologética, os rabinos estabeleceram três critérios técnicos que a Reforma Protestante, ironicamente, aceitaria como dogmáticos séculos depois:

1. **Idioma:** O livro deveria ter sido escrito originalmente em hebraico. (Isso excluía livros como *Sabedoria*, de forte influência grega).

2. **Territorialidade:** Deveria ter sido escrito na terra de Israel. (Excluía parte da literatura de Alexandria).

3. **Cronologia:** A inspiração teria cessado com o profeta Esdras. (Excluía os *Macabeus*, cujos relatos de martírio e oração pelos mortos sustentavam a fé cristã na ressurreição).

A delimitação do cânon bíblico no judaísmo pós-templo e no cristianismo primitivo evidencia a adoção de critérios distintos de seleção textual. Enquanto a tradição cristã primitiva preservou um conjunto mais amplos de escritos associados à recepção da Septuaginta, o desenvolvimento posterior da tradição rabínica implicou processos de filtragem e redefinição do corpus considerado normativo. Nesse contexto, a comparação entre a tradição da Septuaginta, amplamente utilizada pelos cristãos, e os critérios rabínicos posteriores permitem visualizar diferentes processos de seleção e exclusão textual, conforme sintetizado no digrama a seguir.

A ilustração abaixo evidencia que a constituição dos diferentes cânones não decorre apenas de critérios técnicos ou linguísticos, mas se insere em dinâmicas mais amplas de definição identitária e delimitação comunitária. A exclusão de determinados escritos, nesse contexto, revela não apenas opções hermenêuticas, mas também processos históricos de diferenciação entre tradições religiosas.

Figura 2 – Diagrama comparativo entre o cânon da tradição cristã primitiva/tradição da Septuaginta (cânon de 73 livros) e os critérios rabínicos de delimitação textual



Fonte: Elaboração própria com auxílio de ferramenta de inteligência artificial (2026).

Ademais, a compreensão da redução do cânon protestante exige, primordialmente, o exame da 'peneira' teológica estabelecida pelos rabinos de Jâmnia (Yavne) no final do século I d.C. Sob a pressão do colapso do Templo e da crescente influência do Cristianismo, a liderança farisaica instituiu critérios rigorosos que visavam desqualificar os escritos helenísticos utilizados pelos cristãos. Como se observa na Figura 2, esse processo operou como um filtro excludente que desconsiderou livros centrais da Septuaginta (LXX), fundamentando-se em uma lógica nacionalista e cronológica que seria, paradoxalmente, adotada pelos reformadores dezesseis séculos depois.”

A REJEIÇÃO DOS DEUTEROCANÔNICOS COMO ESTRATÉGIA ANTI-MESSIÂNICA

É um fato documentado pela moderna crítica bíblica que a exclusão não foi puramente linguística. O livro de Eclesiástico (Sirácida), por exemplo, era citado por rabinos até o século III, mas foi banido do cânon oficial porque os cristãos o utilizavam amplamente.

Estudos sobre os Manuscritos do Mar Morto (Qumran) provam que muitos dos livros que os rabinos de Jâmnia rejeitaram circulavam em hebraico entre os judeus do tempo de Jesus. Portanto, a tese de que eles foram rejeitados por “não serem hebraicos” é cientificamente frágil. A rejeição foi teológica: os livros continham elementos (como a intercessão dos santos e anjos) que facilitavam a transição para a fé cristã.

A REFORMA PROTESTANTE E A BUSCA PELA *VERITAS HEBRAICA*

Entramos agora na análise do século XVI, onde a “máquina teórica” do artigo processa a contradição de Lutero.

O HUMANISMO RENASCENTISTA E A HERMENÊUTICA DA “PUREZA ORIGINAL”

Lutero, influenciado pelo movimento humanista “Ad Fontes” (Às Fontes), acreditava que o texto hebraico massorético era mais “puro” que a Vulgata Latina. Contudo, ele ignorou que o texto hebraico disponível em sua época era fruto de uma padronização feita pelos Massoretas (século VII a X d.C.), muito posterior ao texto grego da Septuaginta usado pelos Apóstolos.

MARTINHO LUTERO E A RECLASSIFICAÇÃO LITERÁRIA: A TENSÃO ENTRE DOCTRINA E CÂNON

A ruptura proposta em Wittenberg não foi meramente filológica, mas subordinou a integridade das Escrituras ao crivo da interpretação individual. Ao adotar o cânon hebraico massorético em detrimento da Septuaginta, Lutero criou um precedente onde o “sentimento” teológico do tradutor prevalecia sobre a tradição histórica da Igreja. Sobre essa inclinação de Lutero em julgar a canonicidade a partir de sua própria doutrina da justificativa, o historiador e teólogo J.N.D. Kelly observa:

O critério de Lutero para a canonicidade era a sua famosa fórmula: *Was Christum treibet* (o que promove a Cristo). Na prática, isso significava que livros que não se harmonizavam com sua interpretação de Paulo, como a Epístola de Tiago e o Apocalipse, eram relegados a uma posição secundária. Ao rejeitar os deuterocanônicos do Antigo Testamento, ele não estava apenas voltando a uma suposta 'pureza hebraica', mas amputando a ponte histórica que unia o judaísmo tardio ao Novo Testamento, baseando sua decisão em uma autoridade que a Igreja nunca reconhecera como única: o julgamento do erudito individual contra o consenso dos séculos (Kelly, 2012, p. 189).

Essa “subjatividade canônica” revela o coração do problema metodológico da Reforma: para validar a *Sola Scriptura*, os reformadores precisaram, paradoxalmente, agir como juízes sobre a própria Escritura, decidindo quais partes dela mereciam ser

mantidas com base em critérios que os próprios Apóstolos ignoraram ao utilizarem a Septuaginta.

Conforme se extrai acima, Lutero apenas não removeu os deutero-canônicos, tentou ainda rebaixar livros do próprio Novo Testamento, como a Carta de Tiago (chamada por ele de “epístola de palha”) e o Apocalipse. Segue uma tabela comparativa acerca do critério de autoridade no processo de formação do cânon das Sagradas Escritura.

Tabela Comparativa 1: Critérios de Autoridade

CRITÉRIO	TRADIÇÃO CATÓLICA (GUTEMBERG)	TRADIÇÃO PROTESTANTE (LUTERO)
Fonte Primária	Septuaginta (LXX)	Texto Massorético (Hebraico)
Autoridade Final	Tradição + Magistério	Juízo do Erudito (Sola Scriptura)
Nº de Livros (AT)	46	39
Fundamentação	Apostolocidade e Liturgia	Lógica Rabínica de Jâmnia

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Kelly (2012).

Que, ao excluir os livros de Macabeus, Lutero visava neutralizar a base bíblica para a doutrina do Purgatório (cf. 2 Macabeus 12, 43-46). Cientificamente, isso demonstra que a mudança do cânon não foi motivada por uma “descoberta arqueológica”, mas por uma necessidade apologética seletiva.

Nesse contexto, demonstra-se a contradição fundamental do movimento reformador no século XVI. Ao buscar o que chamou de *Hebraica Veritas* (a verdade hebraica), Martinho Lutero ignorou que o cânon definido em Jâmnia (aprox. 90 d.C.) não era apenas uma organização bibliográfica, mas uma estratégia de sobrevivência teológica do judaísmo rabínico frente à ascensão do cristianismo.

OS PONTOS DE CONTRADIÇÃO VIVENCIADOS POR LUTERO:

- **A Rejeição da Bíblia dos Apóstolos:** Lutero descartou livros da Septuaginta (LXX) que foram a base das citações messiânicas do Novo Testamento, preferindo o filtro estabelecido por aqueles que rejeitaram a divindade de Cristo.
- **O Erro de Anacronismo:** O reformador acreditava que o texto massorético era o “original puro”, desconhecendo que ele era fruto de uma padronização tardia (séculos

VI-X d.C.) realizada por herdeiros do pensamento farisaico, cujo objetivo era blindar a fé judaica contra interpretações cristãs.

- **A Ironia do Critério:** Ao tentar se libertar da autoridade de Roma, Lutero submeteu o Antigo Testamento cristão à autoridade do conselho rabínico de Jâmnia, que historicamente buscou invalidar a liturgia e as provas messiânicas utilizadas pela Igreja Primitiva.

O LEGADO DE JÂMNI: UMA BLINDAGEM QUE ATRAVESSOU MILÊNIOS

O que foi decidido em Jâmnia e “congelado” pelos Massoretas não foi apenas uma questão de gramática ou de escolha de livros, mas uma decisão teológica de resistência que moldou a identidade judaica até hoje.

A estratégia rabínica do final do século I d.C. foi tão eficaz que ela criou uma barreira de interpretação que permanece intacta.

A Exclusão do “Filho do Homem”: Ao fechar o cânon e focar na interpretação da Lei (Torá), os herdeiros dos fariseus minimizaram as interpretações apocalípticas e messiânicas que os cristãos usavam para identificar Jesus como o Messias divino.

1. **O “Velo” de Interpretação:** Para o judaísmo rabínico oficial (o que seguiu o Texto Massorético), Jesus continua sendo visto como uma figura fora da Aliança, e as passagens bíblicas que os cristãos leem como “profecias de Cristo”, os judeus leem, sob a ótica massorética, como referências ao povo de Israel ou a figuras históricas do passado.

2. **A Eficácia no Tempo e Espaço:** O sistema massorético de pontos, vogais e notas marginais (a *Masorah*) funcionou como um “software” de proteção. Ele garantiu que o texto fosse lido de uma única forma, dificultando qualquer interpretação que pudesse levar ao “Nazareno”.

O erro crasso de Lutero ganha contornos mais graves no processo de Reforma quando ele escolheu não apenas um cânon menor, mas entregou a interpretação do Antigo Testamento cristão a um sistema de leitura que foi desenhado especificamente para negar a divindade de Cristo. O próprio Lutero se autoexcluiu da interpretação dos Apóstolos

que (que usavam a Septuaginta) para adotar a interpretação de quem ainda aguarda o Messias.

Enfim, a grande contradição reside no fato de que Martinho Lutero, ao buscar a pureza das origens, sucumbiu a um anacronismo histórico: adotou o “filtro” rabínico desenhado justamente para neutralizar a exegese cristã. Dessa forma, a Reforma Protestante, embora pretendesse o retorno às fontes, acabou por se distanciar da Bíblia da Igreja Primitiva, rendendo-se a um cânon que, no tempo e no espaço, foi moldado para negar a messianidade de Jesus.

A vitória de Jâmnia, portanto, se perfaz até os dias atuais: ela não apenas preservou a identidade judaica, mas conseguiu, através da Reforma, ditar quais livros seriam lidos como sagrados por milhões de cristãos, apagando as digitais da tradição apostólica em favor de uma autoridade que nunca reconheceu o Nazareno.

ANÁLISE COMPARATIVA E EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

Nesta seção, o artigo deixa o campo das abstrações teológicas para focar na evidência material. Se a Bíblia foi “alterada”, os documentos físicos devem apontar quando e por quem.

A BÍBLIA DE GUTENBERG (1455): O TESTEMUNHO FÍSICO DA INTEGRIDADE

A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, em meados do século XV, marca um momento crucial para a história do cristianismo e da transmissão das Escrituras. Antes da Reforma Protestante e de qualquer questionamento moderno sobre o cânon, a primeira grande obra produzida pela tecnologia de tipos móveis foi a Vulgata Latina. Este marco histórico não apenas democratizou o acesso ao texto sagrado, mas serviu como um “registro fóssil” da fé cristã da época: a Bíblia de Gutenberg foi impressa com a estrutura completa de 73 livros, incluindo os deutero-canônicos como Tobias e Macabeus.

Segundo historiadores da bibliografia clássica, como Kapr (1996, p.158), Gutenberg não estava inovando no conteúdo, mas imitando os manuscritos litúrgicos mais

perfeitos de sua época. Portanto, a Bíblia de Gutenberg prova que, na véspera da Reforma, não havia dúvida sobre a canonicidade de livros como Sabedoria, Tobias e Macabeus.

Para ilustrar essa continuidade histórica e a integridade do cânon de 73 livros, observamos a seguir o registro físico da primeira Bíblia impressa na história:

Figura 3 – Bíblia de Gutenberg (Vulgata) – O testemunho físico do cânon de 73 livros no século XV.



Fonte: Elaboração própria com auxílio de ferramenta de inteligência artificial (2026).

A análise técnica desta edição pioneira revela que a Bíblia impressa original não sofreu interrupções ou seleções arbitrárias; ela apenas replicou o que a Igreja já vivia há mais de mil anos. O fato de Gutenberg ter impresso os livros de Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc e os dois livros de Macabeus prova que, no século XV, não havia dúvida sobre a canonicidade desses escritos. Portanto, a Bíblia de Gutenberg é o testemunho físico de que a Igreja Católica manteve a integridade das Escrituras desde os tempos patrísticos até a modernidade, antes que as edições protestantes posteriores decidissem suprimir tais livros.

O CONCÍLIO DE TRENTO: CONFIRMAÇÃO SOLENE CONTRA A REDUÇÃO DOCUMENTAL

É um erro histórico comum afirmar que Trento “adicionou” livros. Cientificamente, Trento foi um ato de manutenção patrimonial. Diante da fragmentação proposta por Lutero, a Igreja precisou dogmatizar o que já era tradição.

A resposta da Igreja no século XVI não visava a criação de novas verdades, mas a proteção das balizas que definiam a fé cristã desde a era patrística. Diante da fragmentação do cânon proposta pelos reformadores, o Magistério agiu para blindar a integridade das Escrituras, assegurando que nenhum livro fosse subtraído do uso litúrgico secular. Assim, o decreto *De Canonicis Scripturis* cristalizou em dogma o que a tradição já vivia na prática, estabelecendo uma advertência solene para aqueles que pretendiam reduzir o patrimônio documental da fé: “Se alguém, pois, não receber como sagrados e canônicos estes livros inteiros com todas as suas partes, tal como costumam ser lidos na Igreja Católica e se acham na antiga edição Vulgata latina [...] seja anátema.” (Denzinger-Hünemann, 2007, p.398, n. 1504).

AS CONSEQUÊNCIAS DO VÁCUO DOCUMENTAL NO PERÍODO INTERTESTAMENTÁRIO

Durante séculos, um dos pilares do argumento protestante para a exclusão dos deutero-canônicos foi a suposta inexistência de originais em línguas semíticas, o que classificaria tais livros como meras produções helenísticas tardias. E que a retirada dos sete livros em comento produziu o que a teologia protestante chama de “400 anos de silêncio” (de Malaquias a Mateus). Todavia, a arqueologia bíblica do século XX operou uma revolução epistemológica com as descobertas nas cavernas do Mar Morto. Como será demonstrado na Figura 4, a presença de manuscritos de Tobias e Eclesiástico em hebraico e aramaico em Qumran invalida o critério linguístico de Jâmnia e, por extensão, a justificativa técnica da Reforma. Assim, sob a lógica científica, esse vácuo é imperiosamente artificial.

Figura 4: Evidências Arqueológicas de Qumran (Fragmentos de Tobias e Sirácida).

Fonte: Elaboração própria com auxílio de ferramenta de inteligência artificial (2026).

A análise visual e documental da Figura 4 prova que a 'Veritas Hebraica' buscada por Lutero estava, ironicamente, preservada na Septuaginta grega e não no texto massorético medieval. Os fragmentos encontrados em Qumran, no ano de 1947, confirmam que a Igreja Católica, ao manter os 73 livros, não estava protegendo 'acréscimos gregos', mas sim preservando a literatura judaica fiel ao período do Segundo Templo. Esse achado científico reconecta o que a Reforma tentou separar, provando que a ponte entre o Antigo e o Novo Testamento nunca foi um silêncio, mas uma continuidade literária vibrante. A verdade é que a Igreja Católica preservou textos que possuíam, de fato, raízes hebraicas milenares, anteriormente negadas pela lógica rabínica da Jâmnia.

A exclusão dos Macabeus, por exemplo, remove a compreensão histórica da festa de *Hanukkah* (citada em João 10,22, onde Jesus está no Templo na “Festa da Dedicção”). Se o livro de Macabeus é “apócrifo”, a base histórica de uma festa que o próprio Cristo celebrou torna-se teologicamente órfã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada investigativa percorrida por este artigo permitiu-nos revisitar os alicerces da autoridade bíblica sob uma nova luz, onde a arqueologia e a história documental convergem para validar a integridade do cânon de 73 livros. Ao longo desta

análise, ficou evidente que a definição da Bíblia não pode ser dissociada da comunidade que a recebeu e a utilizou liturgicamente: a Igreja dos tempos apostólicos.

O confronto entre a *Septuaginta* (LXX) e a posterior sistematização rabínica de Jâmnia revelou que a redução operada no século XVI não foi um mero ajuste filológico, mas uma ruptura que ignorou o “berço grego” do Novo Testamento. Concluir este trabalho exige, portanto, reconhecer que a Bíblia impressa por Gutenberg em 1455 não era apenas um artefato técnico, mas o testemunho físico de um consenso milenar que a Reforma, por motivações teológicas subjetivas, tentou desconstruir. Diante das evidências apresentadas, as sínteses a seguir consolidam os achados fundamentais desta pesquisa:

SÍNTESE EPISTEMOLÓGICA: A LEGITIMIDADE DO CÂNON ALEXANDRINO

A presente investigação demonstrou que a canonicidade não é um atributo intrínseco que o texto possui isoladamente, mas uma qualidade reconhecida por uma comunidade de fé dotada de autoridade. O abandono da *Septuaginta* (LXX) pela Reforma Protestante sob o preceito da *Veritas Hebraica* revelou-se, sob análise histórico-crítica, como um anacronismo metodológico. Ao privilegiar o Texto Massorético — codificado séculos após o advento do Cristianismo por grupos que rejeitaram o querigma messiânico — o movimento reformador operou uma “descontinuidade documental” que ignora a própria gênese do Novo Testamento.

A IDENTIDADE CIENTÍFICA DA BÍBLIA DE 73 LIVROS

A evidência material da Bíblia de Gutenberg (1455) e as atas do Concílio de Trento não representam inovações dogmáticas, mas o que a ciência do patrimônio chama de “preservação da integridade”. Como demonstrado, a exclusão dos sete livros deuterocanônicos criou um hiato teológico que fragiliza a compreensão da transição profético-apostólica. Citamos, para encerramento, o pensamento de Alister McGrath em sua obra *Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica: A formação do cânon foi um processo de reconhecimento, não de imposição*. A Igreja Primitiva não escolheu os seus

livros da mesma forma que uma pessoa escolhe livros em uma biblioteca; ela reconheceu neles o hálito de Deus que já soprava em suas liturgias (McGrath, 2017, p. 245).

CONCLUSÃO: O RETORNO À APOSTOLICIDADE

Em suma, a hipótese inicial deste artigo foi confirmada: o cânon de 73 livros é o único que sustenta a coerência entre o Antigo e o Novo Testamento conforme utilizado pelos Apóstolos. A adoção da lógica de Jâmnia (Yavne) pela Reforma foi um ato de submissão a um critério extrínseco à fé cristã. Portanto, o resgate da Bíblia completa não é meramente uma questão de preferência denominacional, mas uma exigência da fidelidade histórica e científica àquilo que Gutenberg imprimiu e que os concílios de Hipona e Cartago selaram como o depósito integral da Palavra de Deus.

Dessa forma, a análise das evidências históricas e documentais conduz à inevitável conclusão de que a integridade do cânon bíblico não é uma variável interpretativa, mas um fato fundamentado na continuidade da tradição apostólica. Para conferir precisão técnica às teses aqui defendidas e evidenciar a disparidade entre o modelo de recepção católica e a ruptura metodológica da Reforma, apresenta-se um Apêndice Comparativo logo após a seção das referências. Este anexo sintetiza, de forma tabular e analítica, as divergências entre o Cânon de Alexandria e o Cânon de Jâmnia, fornecendo as chaves arqueológicas e filológicas — especialmente as advindas das descobertas de Qumran — devolvendo à Septuaginta a sua autoridade científica e selando, definitivamente, a legitimidade da Bíblia completa, preservada pela Tradição Apostólica e imortalizada pela Imprensa de Gutenberg para a posteridade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, FELIPE. *Escola da Fé: A Sagrada Escritura*. 2. ed. Lorena: Cléofas, 2015.
- BÍBLIA DE GUTENBERG. *Biblia Latina: Vulgata*. (Fac-símile da edição de 1455). New York: Library of Congress Digital Collection, 2021.
- BRUCE, FREDERICK FYVIE. *The Canon of Scripture*. Downers Grove: InterVarsity Press, 1988.
- CHADWICK, HENRY. *A Igreja Primitiva*. Tradução de J. L. Camargo. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

DENZINGER, HEINRICH; HÜNERMANN, PETER. *Enchiridion Symbolorum*: compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. Tradução de José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.

KAPR, ALBERT. *Johannes Gutenberg: The Man and His Invention*. Aldershot: Scolar Press, 1996.

KELLY, JOHN NORMAN DAVIDSON. *Patrística*: origem e desenvolvimento das doutrinas da centrais da fé cristã. Tradução de Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1994.

LIMA, ALESSANDRO. *O Cânon Bíblico: A Origem da Bíblia*. Brasília: Editorial Santo Atanásio, 2007.

MCGRATH, ALISTER E. *Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica: Uma Introdução à Teologia Cristã*. 6. ed. São Paulo: Shedd Publications, 2017.

METZGER, BRUCE M. *The Canon of the New Testament: Its Origin, Development, and Significance*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

PRADO, JOÃO BATISTA. *A Septuaginta: História e Teologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SÃO JERÔNIMO. *Prólogo aos Livros dos Reis (Prologus Galeatus)*. In: Vulgata Clementina. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, 1946.

SWETE, HENRY BARCLAY. *An Introduction to the Old Testament in Greek*. Cambridge: University Press, 1914.

VATICANO. *Concílio de Trento (1545-1563): Decretum de Canonicis Scripturis*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2000.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026

APÊNDICE A - ESTUDO COMPARATIVO DE CANONICIDADE*

Este apêndice apresenta a estrutura documental das Escrituras, comparando o Cânon de Alexandria (base da Bíblia Católica/Gutenberg) com o Cânon de Jâmnia/Massorético (base da Bíblia Protestante).

Tabela A1: Divergência Documental no Antigo Testamento

LIVRO / SEÇÃO	CÂNON DE ALEXANDRIA (LXX)	CÂNON MASSORÉTICO (HEBREU)	STATUS NA BÍBLIA DE GUTENBERG
Pentateuco	Presente	Presente	Presente
Históricos	Presente	Presente	Presente
Tobias	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
Judite	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
1º e 2º Macabeus	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
Sabedoria	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente

Eclesiástico (Sirácida)	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
Baruc	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
Adições em Ester/Daniel	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente
Profetas Maiores/Menores	Presente	Ausente (Jâmnia)	Presente

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela A2 – Critérios de Validação Científica x Teológica

CRITÉRIOS DE ANÁLISES	TRADIÇÃO CATÓLICA (APOSTÓLICA)	TRADIÇÃO PROTESTANTE (REFORMA)
Língua de Autoridade	Grego (LXX) e Latim (Vulgata)	Hebraico Massorético (Tardio)
Fundamento de Fé	Uso dos Apóstolos e da Igreja	Juízo Crítico e <i>Veritas Hebraica</i>
Total de Livros (AT)	46 Livros	39 Livros
Fim de Inspiração	Morte do último Apóstolo	Época de Esdras (400 a.C.)
Intertestamento	Continuidade da salvação	400 anos de silêncio

Fonte: Elaborada pelo autor

Notas Explicativas

1. **A Prova de Qumran:** Diferente da tese da *Veritas Hebraica* do século XVI, as descobertas dos Manuscritos do Mar Morto (1947) revelaram fragmentos de **Tobias e Eclesiástico em hebraico e aramaico**. Isso prova cientificamente que a alegação rabínica de que esses livros “não eram hebraicos” (usada para excluí-los em Jâmnia e adotada pela Reforma) era um argumento de defesa circunstancial e não uma realidade arqueológica.
2. **A Unidade Litúrgica e o Testemunho de Gutenberg:** O fato de a Bíblia de Gutenberg conter os 73 livros é a prova material de que a **Vulgata Latina** não foi uma imposição tardia, mas a padronização de um cânon que já era pacífico por mais de um milênio. A “Bíblia de 66 livros” é, portanto, uma edição que surge após 14 séculos de consenso cristão em torno da Septuaginta.
3. **O Critério da Apostolicidade:** Enquanto o cânon massorético (protestante) baseia-se na decisão do judaísmo rabínico pós-Templo, o cânon alexandrino (católico) baseia-se no uso dos Apóstolos. Se o Novo Testamento valida a Septuaginta ao citá-la em 90% das vezes, a exclusão dos deuteroacanônicos configura uma rejeição da própria “biblioteca” que formou a mentalidade dos primeiros cristãos.